

ACTA Nº. 10
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2007

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e sete, na Freguesia de Orada e no Salão da Casa do Povo, reuniu pelas 20:45 h, em sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia.

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 9 da sessão de 15 de Dezembro de 2006.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Alienação de lotes de terreno

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Afectação de área ao domínio público.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Desafectação de área ao domínio público.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação das Actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Senhor Presidente da Assembleia: abriu a sessão e mandou realizar a chamada.

Verificou-se a presença dos seguintes membros: António José Moura Proença, Joaquim Maria Godinho Veiga, Maria João Barroso Lopes Cavaco, Joaquim Manuel Cardoso, Jerónimo João Pereira Cavaco, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Sérgio João Pécurto Gazimba, Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Mário Joaquim Trindade de Deus, Augusto Manuel Bilro Guégués, Luís Pena Rato, João Manuel Rato Proença, António Joaquim Moura Lopes, António José Lopes Anselmo, José António Carapeto Dias, Joaquim Manuel Grego Esteves e António José Barroso Paixão.

Verificou-se a ausência dos Membros: Vítor José Pécurto Guégués (que justificou a sua falta Anexo1); Norberto João Figueiras Alpalhão (que justificou a sua falta Anexo 2);

Terminada a chamada o Senhor Presidente da Assembleia pediu que se falasse um pouco mais alto, e que se fizesse silêncio para permitir a audição das intervenções, visto que a sessão iria decorrer sem o habitual equipamento de som. Depois, explicou a razão da Sessão se efectuar na Freguesia de Orada; dado que a maioria que tem a gestão do município entende que a população deve ter o maior conhecimento possível das actividades do mesmo. Pois no seu entendimento a democracia deve funcionar nestes termos, visto que do seu ponto de vista há duas liberdades a positiva e a negativa. A negativa é aquela onde as pessoas dizem aquilo que querem e como querem, chegando mesmo ao ponto de ofender outras pessoas só porque têm diferenças de ideias. No seu entender este caminho não leva ao aperfeiçoamento da democracia. A parte positiva da liberdade é aquela que os Capitães de Abril nos deram, onde as pessoas podem fazer e dizer o que devem, dando como exemplo o respeito mútuo, no sentido de tomarmos todos o caminho certo para o aperfeiçoamento do nosso sistema democrático. A liberdade não trouxe somente direitos, trouxe também deveres e obrigações, e uma obrigação que todos nós temos é de nos respeitarmos uns aos outros, ainda que tínhamos ideias diferentes. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, terminou a sua intervenção pedindo ao público presente que não se manifestasse, quer concordasse ou discordasse daquilo que na sessão se pudesse passar ou falar.

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O 2º Secretário (Membro Jerónimo Cavaco): informou que nada de relevante havia a assinalar, no entanto salientou apenas um requerimento enviado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (apresentado na Assembleia da República pelo Deputado José Soeiro), e que tem como base contestar o

encerramento dos postos da GNR e as esquadras da PSP. Informou que dada a extensão do documento não seria possível a leitura no momento, mas havendo algum deputado interessado no documento seria possível posteriormente facultar-se cópia.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

O Membro Joaquim Cardoso: Salientou o direito à saúde em Portugal; questionando o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber o que pode ser feito para garantir a dignidade do acesso no direito à saúde. Afirmou que o direito à saúde é um direito primordial.

O Presidente da Câmara: Começou por pedir desculpa pelo facto de o Vereador Humberto Ratado e a Vereadora Rosa Véstia não poderem estar presentes na sessão. Quanto à intervenção do Membro Joaquim Cardoso, no que respeita à saúde, disse que as reivindicações que até si têm chegado, têm sido reencaminhadas às pessoas responsáveis, dando como exemplo, as informações que lhe haviam chegado através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no que respeita aos serviços de saúde em Rio de Moinhos, as quais fez chegar de imediato aos responsáveis pela área da saúde no concelho de Borba. Expressou a sua particular preocupação com os problemas inerentes à saúde. Em relação à problemática relacionada com a igualdade de oportunidades disse ter sido contactado pela Senhora Governadora Civil, no sentido de realizar uma Assembleia Extraordinária em Borba para tratar especificamente o assunto referenciado. No entanto, na sua opinião uma Assembleia é extremamente dispendiosa, mas está aberto a fazer um colóquio para tratamento desse tema que a todos aflige. Pediu ao Membro Joaquim Cardoso que fizesse o favor de dar uma breve explicação sobre o que tem sido e o que se tem passado na CERCI, dado que há poucos dias havia chegado à Câmara um pedido para asfaltar a estrada de acesso à referida instituição. E aquando da leitura do referido pedido, o Senhor Presidente da Câmara ficou com a sensação de a quinta (onde está instalada a CERCI) também é propriedade do município de Borba, informação que desconhecia, mas mesmo assim já havia pedido o levantamento das despesas para o pedido que lhe havia chegado. No entanto pediu uma vez mais que fosse o Deputado Joaquim Cardoso a clarificar a situação, visto também lá desempenhar funções.

O Membro Joaquim Cardoso: informou que na altura referida ainda não se encontrava na CERCI, como tal, pouco podia adiantar sobre o assunto. Mas, sabia que o processo era dos anos 78/80, e que a propriedade havia sido comprada por um Senhor Alemão, que deixou de pagar as prestações ao banco. Quanto à igualdade de oportunidades, disse ser uma área em que está perfeitamente à vontade para falar, e que no dia que fosse feito o referido colóquio precisava de uma hora no mínimo para falar. Afirmou ainda que em Portugal, desgraçadamente nada tem sido feito no sentido dos direitos das pessoas com deficiência.

O Presidente da Câmara: explicou que quando pediu o esclarecimento ao membro Joaquim Cardoso, foi no sentido de saber qual o poder que cada um dos municípios tinha na instituição, pois não seria justo ser só o município de Borba a suportar a despesa na totalidade.

O Membro José António Dias: Felicitou o Presidente da Assembleia Municipal de Borba, pelo facto de ter descentralizado a sessão para a Freguesia de Orada, e esperava que houvesse a possibilidade de terem algumas estruturas desportivas, ou outras para desenvolvimento da Freguesia.

O Membro António Anselmo: falou das necessidades na saúde, nomeadamente, em conseguir uma consulta, dado que a espera da mesma chega a ser de três meses. Disse que em Borba ainda se trabalha com unicamente dois médicos, aquilo que acontecia há trinta anos. É sua opinião que devem existir manifestações contra o encerramento dos centros de saúde, mas também pensa que o executivo e a Assembleia têm que ter um papel interventivo para resolução dos problemas, neste caso da saúde.

O Presidente da Câmara Municipal: disse que nunca se escusou a pressionar a quem deve no sentido de dar solução aos problemas. Contudo, explicou que a questão da falta de médicos não é uma competência das autarquias, no entanto pediu que sempre que exista conhecimento de situações ou problemas com dados concretos lhes façam chegar em mão, pois ele mesmo os fará chegar a quem tem responsabilidades sobre os respectivos casos. Quanto às pessoas com deficiências reconhece que tem havido grandes cortes, o que implica a falta de apoios especialmente às crianças deficientes nas escolas.

O Membro Sérgio Gazimba: questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber se existe alguma informação sobre o encerramento das urgências em Estremoz, dado que ultimamente só se assiste a encerramentos das mesmas em vários sítios do País, o que muitas das vezes obriga as pessoas a

fazerem cinquenta quilómetros para poderem ser assistidos. A sua preocupação é se não estaremos também a correr esse risco.

O Presidente da Câmara Municipal: respondeu que até ao momento não tinha qualquer informação nesse sentido, mas que o seu optimismo lhe diz que não seria fácil o encerramento das urgências em Estremoz.

O Membro António Anselmo: explicou que a sua intervenção anterior tinha sido na questão da obrigação cívica e moral por parte das autarquias e Assembleias. Embora não tenham essa competência, em sua opinião têm essa obrigação, dado que com as questões da saúde não se deve brincar. Aqueles que têm posses monetárias podem recorrer aos cuidados de saúde privados, mas o que não têm essas mesmas posses não podem fazê-lo. Terminou a sua intervenção dizendo que não pode haver poupanças na saúde.

O Presidente da Assembleia Municipal: não havendo mais inscrições deu o ponto como encerrado.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

O Presidente da Assembleia Municipal: dado não existirem inscrições por parte do público, encerrou este período.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 9 da sessão de 15 de Dezembro de 2006.

O Presidente da Assembleia Municipal: colocou o documento à discussão, sendo o mesmo aprovado por maioria, com 10 votos a favor, 4 votos contra e 4 abstenções.

O Membro Joaquim Cardoso: disse que mais uma vez as actas produzem transcrições deformadas de algumas intervenções. Perguntou também à Mesa da Assembleia se esta já tinha um parecer para o caso dos registos áudio.

O Presidente da Assembleia Municipal: informou o membro Joaquim Cardoso, que a Mesa já havia apresentado um parecer e que já havia dito tudo o que havia para dizer sobre o referido assunto. Adiantou ainda, que o parecer que havia sido apresentado tinha sido apelidado de “parecer de trazer por casa”, como tal, pediu ao membro Joaquim Cardoso que consiga um parecer para ser comparado. No entanto, também já se havia falado numa alteração ao Regimento para que se evitem este tipo de problemas, mas dado a elaboração das actas não ser da sua responsabilidade, daria a palavra ao Membro Jerónimo Cavaco.

O Membro Jerónimo Cavaco: reafirmou uma vez mais que a posição da Mesa da Assembleia em relação às actas, é cumprir escrupulosamente aquilo que vem escrito na lei, ou seja fazer o resumo daquilo que mais importante se tenha dito no decorrer das sessões. Não é intenção da Mesa da Assembleia perder muito tempo com a questão das actas, nem dos registos áudios dado serem assuntos que já foram discutidos suficientemente. Quanto aos pareceres reafirmou que são pareceres jurídicos e não pseudo pareceres como alguém lhes quer chamar. São pareceres que apresentam a sua fundamentação jurídica e que apresentam razões na base daquilo que é a lei ou a legislação em vigor.

O Membro Joaquim Cardoso: disse não lhe servir o parecer da Associação Nacional de Municípios, como tal, pedia que lhe fosse apresentado outro por uma entidade competente e que fosse vinculativo. Disse ainda, que o Membro Jerónimo Cavaco leva o tempo a passear por Lisboa e não sabe o que se passa no concelho.

O Membro Jerónimo Cavaco: respondeu ao Membro Joaquim Cardoso que o facto de estar fora do concelho, não quer dizer que não saiba o que se passa. Se não soubesse não teria feito parte das listas e não estaria no lugar onde está hoje. Informou ainda, que não admite que se defenda uma coisa e que quando não convêm que se defenda outra coisa. Por último, pediu ao membro Joaquim Cardoso, dado que o mesmo tem dúvidas dos pareceres anteriormente apresentados, então, que faça o favor de apresentar outros.

O Membro Joaquim Cardoso: disse ao membro Jerónimo Cavaco que o mesmo não tinha competência para discutir o assunto, dado que nem na Ordem dos Advogados estava inscrito.

O Membro Jerónimo Cavaco: respondeu que não admite ao membro Joaquim Cardoso que fale na sua vida pessoal. O facto de não estar inscrito na Ordem dos Advogados é um problema que ao membro

Joaquim Cardoso não diz respeito, nem deve ser chamado para uma Assembleia Municipal.

O Membro Maria João Cavaco: pediu a palavra para dizer que a atitude tomada pelo Membro Joaquim Cardoso é simplesmente inoportuna e desagradável. Disse que não se deve, nem se pode ofender as pessoas, ainda por cima numa Instituição que merece respeito. Chamou a atenção para a imagem que o membro Joaquim Cardoso estava a deixar passar que infelizmente era muito ridícula. Disse-lhe ainda que tem que saber respeitar os outros e aprender com os outros. Terminou dizendo que se o parecer apresentado pela Mesa da Assembleia não era do seu agrado, então que colaborasse; o que até já havia sido pedido pela Mesa no sentido de melhorar a feitura das actas.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Alienação de lotes de terreno

O Presidente da Câmara Municipal: explicou que este ponto era no fundo um pedido de permissão á Assembleia Municipal, para o executivo negociar directamente com a Borcoop - dois lotes de terreno situados na Freguesia da Orada, mais concretamente no loteamento do Forno. Em termos financeiros e globais, tendo em conta os 2 lotes no loteamento do Forno e mais os cinco em Borba fala-se de trinta mil contos. Terminou dizendo que é um negócio vantajoso para ambos, quer para a cooperativa, quer para a Câmara Municipal, e acima de tudo será benéfico para a Freguesia de Orada, que irá ficar com um pavilhão para a realização de eventos.

O Membro António Anselmo: perguntou o porquê de ser a Borcoop e não uma outra qualquer. Quis saber se foi aberta a proposta a mais alguém ou cingiu-se só à Borcoop.

O Presidente da Câmara Municipal: esclareceu que se tem mantido uma certa relação com a Borcoop, aliás, relação que já vinha do anterior executivo, por outro lado é uma instituição que em termos de preço-construção, negocia a preços bastante reduzidos, e também pelo facto de a referida cooperativa querer fazer uma construção na Freguesia de Orada. E foram todos estes factores que levaram à negociação.

O Membro António Anselmo: disse que todas estas informações deviam ter sido apresentadas anteriormente à Assembleia Municipal e por escrito.

O Membro João Proença: pediu que fosse ouvido o Vereador Serra, no sentido de explicar o porquê de o mesmo se ter absterido neste ponto.

O Membro Sérgio Gazimba: pediu que o Senhor Presidente da Câmara lhe dissesse onde são os cinco lotes de terreno em Borba a que há pouco se tinha referido.

O Presidente da Câmara Municipal: informou que são dois lotes de terreno situados no norte da Cerca.

O Vereador Joaquim Serra Silva: explicou o seu voto, dizendo que o processo no seu entendimento não se encontra ainda devidamente tratado, que existem coisas que na sua opinião é pôr (o carro à frente dos bois), tendo o agravamento de se tratar de lotes em que o Plano de Pormenor ainda está em estudo, daí se ter absterido em relação ao mesmo.

O Membro Rui Bacalhau: disse que gostaria de votar favoravelmente, mas para isso precisava apenas formular umas pequenas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tais como: onde são os referidos lotes e quais são os custos objectivos do terreno A e B, para poder votar em consciência. Quanto à construção do pavilhão de eventos em Orada, não tem dúvidas que o mesmo será muito importante para o desenvolvimento da Freguesia.

O Presidente da Câmara Municipal: respondeu não ter ali no momento o valor dos lotes, mas que havia sido apenas esquecimento de os trazer, pois já existe um contrato promessa feito. No entanto, também não era o valor dos lotes que estava em discussão, mas sim a autorização para a alienação. Explicou que a pressa da aprovação da mesma era apenas para evitar que a Câmara tenha que pagar na próxima Feira das Ervas (em Maio) 6 ou 7 mil contos pelo aluguer de um pavilhão para a realização do evento.

O Presidente da Assembleia Municipal: não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 11 votos a favor e 6 abstenções. (Não votou um membro do PS por não se encontrar na Sala no momento da respectiva votação).

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Afectação de área ao domínio público.

O Presidente da Câmara Municipal: pediu permissão para explicar o ponto em discussão e o ponto seguinte, dado que ambos têm que ver com a mesma situação. Depois, passou a explicar que na Freguesia

de Rio de Moinhos, há uma rua que tem acesso à Praça de Touros, junto ao loteamento do Pisão, e que esse espaço não está aproveitado e que daria para construir dois lotes. Este assunto foi falado com uma Arquitecta da Autarquia, que conclui que, se passaria por uma afectação de área ao domínio público, e por outro lado uma desafecção do espaço verde; e isso permitiria que os lotes tivessem uma dimensão aceitável.

O Presidente da Assembleia Municipal: colocou o documento à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Desafecção de área ao domínio público.

O Presidente da Assembleia Municipal: não havendo inscrições, e já tendo havido a explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal no ponto anterior, colocou o documento à votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação das Actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Câmara Municipal: explicou que devido às verbas enviadas pela CCDR, embora que não tenham sido a quantidade que esperava, mas mesmo assim, permitiu que houvesse uma grande redução nos encargos processados e não pagos. Em relação à situação financeira, a execução orçamental até Janeiro de 2007 é de uma taxa de 2.89. Relativamente ao Mês de Janeiro, verifica-se uma receita de 34.74 e de despesa 35.71. Quanto às actividades da Câmara, para além das reuniões normais, destacou as reuniões da Comissão de acompanhamento do Prot Alentejo, e a reunião do Conselho de Administração da EDC'S Mármore (em que já foi decidido avançar com a ADC3). Quanto ao PDM, adiantou que o mesmo está na DGOTDU e já passou da apreciação técnica para a apreciação jurídica. Quanto ao plano de intervenção em espaço rural também já se encontra na DGOTDU. Quanto ao Plano Pormenor da Zona Norte da Cerca já foi emitido parecer da CCDRA. Em relação ao Plano de Urbanização de Rio de Moinhos e Orada foram efectuados alguns acertos na proposta de plano para posteriormente serem enviados à CCDRA para apreciação.

O Vereador Artur Pombeiro: informou que as actividades referentes ao seu pelouro se encontravam descritas nos documentos anteriormente enviados, mas queria realçar umas notas com alguma relevância, tais como: a pavimentação da parada do posto da GNR; os loteamentos de Rio de Moinhos que já sofreram a desmatação; a breve iniciação do saneamento no loteamento de Orada e a construção de um ossário para poder libertar algumas sepulturas no cemitério.

O Membro António Paixão: usou da palavra para uma vez mais mostrar o seu contentamento com os melhoramentos que a população do concelho de Borba vem tendo. Mas também mostrou uma das suas maiores preocupações em relação à Freguesia de Rio de Moinhos, que é o facto de não ter um polidesportivo, o que o deixa bastante entristecido.

O Presidente da Câmara Municipal: informou que após a conclusão do Plano de Urbanização de Rio de Moinhos fará todo o gosto que a referida Freguesia tenha um polidesportivo, mas adiantou ainda que estas coisas levam tempo e têm que ser bem pensadas. Quanto à Freguesia de Orada foi lançado concurso público para alargamento da estrada Borba-Orada, no entanto adiantou que não é uma promessa para já, pois fala-se de uma obra no valor de cento e sessenta mil contos. Informou também da iniciação da obra do Centro de Saúde já no próximo Mês de Março, as obras da envolvente da Praça no mesmo mês. Salientou a homologação do Pavilhão de eventos e o arranque das piscinas municipais, pois é pretensão do executivo que todas as referidas obras estejam concluídas até Junho de 2008.

O Membro José António Dias: fez o pedido de mais um ecoponto para o loteamento do Forno, visto as pessoas da Freguesia lhe fazerem sentir essa necessidade por várias vezes. Agradeceu àqueles que reconhecem a necessidade de crescimento na Freguesia de Orada.

O Presidente da Câmara Municipal: disse entender que as pessoas gostassem todas de ter um ecoponto junto da porta, mas o rácio é de um ecoponto por 500 habitantes.

O Presidente da Assembleia Municipal: informou que havia acabado de chegar à Mesa uma moção que na sua opinião embora extemporânea, é uma moção de saudação à população de Orada, e só por isso pediu ao plenário a permissão para a ler e colocar à aceitação e discussão.

O Membro Joaquim Cardoso: disse que a moção não tinha cabimento no ponto da ordem de trabalhos e que era uma violação ao Regimento.

O Presidente da Assembleia Municipal: colocou a aceitação da Moção à votação, tendo a mesma sido aceite por maioria, com 11 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções. A referida Moção ficará arquivada em pasta anexa como (Anexo 5). Após a leitura da moção, a mesma foi colocada à aprovação, tendo obtido 12 votos a favor e 2 votos contra, pois os membros da CDU abandonaram os seus lugares, mantiveram-se na sala, mas não votaram a moção.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: informou que iriam ser lidas (em voz alta) e votadas as minutas dos pontos da ordem do dia, as quais foram aprovadas por maioria, com 14 votos a favor. Os membros da CDU ainda presentes na sala também se recusaram a votar as minutas, tendo nesse momento o senhor Joaquim Cardoso apelidado de pró-fascistas os deputados do Partido Socialista. Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Justificação de falta do membro Vítor Guégués

Anexo 2 – Justificação de falta do membro Norberto João Figueiras Alpalhão

Anexo 3 – Mapa da Correspondência Expedida

Anexo 4 – Mapa da Correspondência Recebida

Anexo 5 – Moção apresentada pelos Grupo Municipal do PS